

CLÁUDIO HUMBERTO

POR: ANA PAULA LEITÃO E TERESA BARROS

claudiohumberto.com.br @columach

“A bancada tomou posição que entendeu ser a mais correta”
Futuro ex-ministro Manoel Dias, sobre a traição do PDT na votação da MP-665 na Câmara

PMDB acha que Mercadante sabotou Michel Temer
Parlamentares do PMDB ligados ao vice-presidente Michel Temer reclamam do ministro Aloizio Mercadante (Casa Civil), que estaria “sabotando o trabalho” de Temer na articulação política. Nomeado por Dilma “articulador-geral” do governo após o desempenho vexatório de Pepe Vargas nas Relações Institucionais, Temer é considerado a última esperança do governo para costurar apoio político no Congresso

Vexame
Indicado na cota do PT na Esplanada, Pepe Vargas não foi sequer recebido uma só vez pelo presidente da Câmara, Eduardo Cunha.

Lula concorda
Os peemedebistas do Congresso não são os únicos insatisfeitos com Mercadante: o ex-presidente Lula engrossa o coro contra o ministro.

Mercadante é a crise
Lula já revelou a interlocutores e até à própria Dilma que a atuação de Mercadante é o motivo pela atual crise política do governo.

Por pouco
Deputados atribuíram a Mercadante, por exemplo, a dificuldade de costurar a aprovação da MP 665, que o governo quase perdeu.

‘Força-tarefa’ de marqueteiros cria ‘nova Dilma’
O ministro Edinho Silva (Comunicação Social) deu a ordem às agências de propaganda a serviço do governo para bancar um esquema paralelo para atuar nas redes sociais e fornecer ideias de factóides para tentar salvar a imagem deteriorada da presidente Dilma. A “força-tarefa” já começou a funcionar em dois andares (ou “pétalas”) do Edifício Varig, um dos mais caros da região central de Brasília.

Você quem paga
A “frente de marqueteiros” já desenvolve campanhas, peças, vídeos e textos para a “nova Dilma”. Nós pagamos a conta.

Exército de marqueteiros
Agências de comunicação como a Click/Isobar e Agência 3 colocaram à disposição espaços para a “força-tarefa” de salvamento de Dilma.

Comunicação 3.0
Sites oficiais do governo, como o Portal Brasil, devem se concentrar em materiais específicos para internet, como vídeos curtos e “memes”.

Impróprio para Dilma
Local predileto das férias de Dilma, a praia de São Tomé de Paripe (BA), onde fica a Base Naval de Aratu, foi declarada imprópria para banho... por contaminação por coliformes fecais.

Começo do fim da farra
O submundo da corrupção ficará indócil: projeto do senador Antonio Reguffe (PDT-DF) proíbe o BNDES de financiar governos estrangeiros e obras no exterior. Em 2013 e 2014, foram R\$ 3 bilhões para Venezuela, outros R\$ 3 bi para Angola e quase R\$ 1 bilhão para Cuba.

Estou fora
Enrolada na Lava Jato, a Odebrecht se recusou a participar da construção do novo anexo da Câmara. Eduardo Cunha (PMDB-RJ), então, abriu novo prazo para que construtoras encarem a empreitada.

Expresso das drogas
Postos de fronteira, a cargo do Ministério da Justiça, não têm pessoal e equipamentos. Bandidos levam carros roubados para a Bolívia (que os legaliza), pela fronteira escancarada, e retornam cocaína e crack.

Decorando o gabinete
Deputados federais de primeiro mandato estão investindo em reformas e decorações dos gabinetes. Presidente da CPI da Petrobras, Hugo Motta (PMDB-PB) dá uma geral em seu gabinete.

Cortes da discórdia
Os deputados e senadores do Espírito Santo se reúnem nesta segunda, no Palácio da Anchieta, com o governador Paulo Hartung. Estão revoltados com o corte de 20% no orçamento da área da Saúde.

Combate ao contrabando
Deputado Efraim Filho (DEM-PB) conseguiu as assinaturas de 220 congressistas para a Frente Parlamentar de Combate ao Contrabando e à Falsificação, que será lançada oficialmente na quinta (14).

Grude na boquinha
Carlos Lupi irritou senadores do PDT: prometeu deixar o governo em junho, deixando o Ministério do Trabalho, mas senadores já sabem que o ex-ministro não abre mão da boquinha. Eles já se articulam sozinhos.

Pensando bem...
... a saída do PDT do governo fará pouca diferença oficial: o partido tem um ministério, mas não integra a base aliada na Câmara e é quase oposição no Senado.

PODER SEM PUDOR

Lei de palanque
Candidato a prefeito de Catolé do Rocha (PB) nos anos 60, Benedito Alves Fernandes, o Biu Fernandes, encerrou a campanha usando a famosa expressão do Direito: “Dura Lex Sed Lex” (“A Lei é dura, mas é a Lei”). Como o povão não entendeu, Biu resolveu traduzir a frase: “Lutarei até morrer!”. Hoje ele é deputado estadual pelo Democratas. Biu pode não saber o significado da expressão em latim, mas já deve ter aprendido que, para certos políticos, como diria Fernando Sabino, a expressão mais adequada é “dura lex sed latex” (a lei é dura, mas estica).



PARALISAÇÃO

Ausência do presidente da CPI adia recurso contra suspensão

Mochi espera notificação para adotar medidas para derrubar liminar

ZANA ZAIDAN

A Assembleia Legislativa aguarda retorno do deputado Paulo Corrêa (PR), presidente da denominada “CPI da Enersul/Energisa” para recorrer da liminar que, na sexta-feira (9) suspendeu por completo os trabalhos da comissão. Eleito para presidir a CPI, o parlamentar foi citado, junto com o presidente da Casa, Junior Mochi (PMDB), no mandado de segurança de impetrado pelo Grupo Energisa contra a investigação.

No entanto, segundo sua assessoria de imprensa, Paulo Corrêa está viajando e os demais integrantes do colegiado aguardam a volta dele para decidir os encaminhamentos depois da decisão judicial.

Além disso, Junior Mochi também afirmou não ter sido notificado, até o fechamento desta edição, na tarde de ontem (10).

“Não podemos nos manifestar acerca do próximo passo porque ainda não fomos formalmente notificados. Temos também que nos reunir, todos os membros da comissão e assessores jurídicos para definir essa questão”, disse o presidente da Assembleia.

Procurado, o deputado Marquinhos Trad (PMDB) afirma que considera a suspensão da CPI “caso de urgência” e que, independentemente de não ter sido oficiado, o presidente da CPI deveria convocar reunião extraordinária do colegiado para discutir formas de retomar os trabalhos.

“E se demorar 40 dias? Não é necessária a notificação, isso se tornou público, foi amplamente noticiado”, opina.

As reuniões de trabalho da CPI acontecem semanalmente, às terças-feiras, por deliberação dos cinco integrantes da CPI - Paulo Corrêa (PR), Beto Pereira (PDT), Onevan de Matos (PSDB), Marquinhos Trad (PMDB) e Pedro Kemp (PT).



WAGNER GUIMARÃES AL/MS

URGÊNCIA. Marquinhos defende a ideia de Corrêa reunir o colegiado para definir logo as medidas

A assessoria de imprensa de Paulo Corrêa foi procurada para informar a data do retorno do deputado, no entanto, as ligações não foram atendidas ou retornadas, bem como as do parlamentar.

PRERROGATIVA

No entanto, Junior Mochi assegurou que a Assembleia vai recorrer da decisão.

O deputado considera que fiscalizar a prestação de um serviço público, como o fornecimento de energia elétrica, não só prerrogativa como dever dos parlamentares, e usar uma CPI como instrumento é legítimo.

Relator, Beto Pereira (PDT) ponderou que não gostaria que a investigação fosse levada aos tribunais, mas como a Energisa entrou na Justiça, assegurou que irão recorrer.

Marquinhos, que por sua vez foi proponente da CPI, lembrou que o objetivo não é denegrir a imagem da empresa, conforme alega a Energisa,

mas sim verificar se o consumidor sul-mato-grossense pagou a conta da má gestão do Grupo Rede, que antes controlava a Enersul.

LIMINAR

O Grupo Energisa, controlador da Enersul, conseguiu suspender na Justiça todos os efeitos do ato de instauração da CPI que investiga desvio de quase R\$ 700 milhões dos cofres da concessionária de energia.

A decisão, em caráter liminar, foi concedida pelo desembargador Dorival Renato Pavan, da Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, depois que a Energisa impetrou mandado de segurança contra os trabalhos da comissão.

O grupo alega ter assumido as atividades da Enersul em abril de 2014, e portanto, “nada tem a ver com os atos praticados pelo Grupo Rede Energia” que, para a empresa, deveriam ser os escopos da CPI. Questiona também a vincu-

**Saiba**

CPI foi instalada para apurar desvios de R\$ 700 milhões

A CPI foi instalada para apurar supostos desvios de R\$ 700 milhões da Enersul e suspeita da existência de “mensalão” na empresa. São investigados o Grupo Rede, antigo gestor da empresa, e o Grupo Energisa, atual detentor dos ativos da concessionária

lação do nome da empresa à investigação e argumenta que a Assembleia não pode interferir na atuação da empresa em relação a investimentos, contraprestações e tarifas, atos de competência federal.

INDICAÇÃO DE FACHIN

Ministros acionados para quebrar resistências

DE BRASÍLIA

Temendo derrota no Senado, a presidente Dilma Rousseff acionou ministros a fim de reduzir as resistências à indicação do advogado Luiz Edson Fachin ao STF (Supremo Tribunal Federal). A rejeição vem principalmente do presidente da Casa, Renan Calheiros (PMDB-AL), e da bancada ruralista. Fachin declarou apoio à petista na campanha de 2010 e tem histórico

de proximidade com movimentos sociais. Membros do governo se preocupam com o que chamam de “escalada de agenda conservadora” no Legislativo e veem risco à aprovação. A rejeição, porém, não é consenso no PMDB. Parte dos senadores da sigla considera injusto sacrificar o advogado em retaliação ao Planalto. A oposição também está dividida. O senador Álvaro Dias (PSDB-PR), crítico do PT e do

governo, é relator da indicação na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e defende a aprovação de Fachin. O tucano se tornou um de seus principais defensores –ele era governador do Paraná quando Fachin foi nomeado procurador do Estado. Em contraponto a Ricardo Ferraço (PMDB-ES), que divulgou parecer da consultoria do Senado contrário à indicação, Dias pediu nota técnica em favor dela –é praxe que a seção

faça textos acompanhando a posição defendida pelo senador que o pediu. O primeiro parecer acusa Fachin de exercer ilegalmente a advocacia no período em que foi procurador. O argumento é que a Constituição estadual vedava a prática. A nota de Dias vai em sentido contrário: Fachin foi autorizado a manter o ofício pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) do Paraná.

DEPOIMENTO

Janot diz que suspeita contra Cunha aumentou

O procurador-geral da República, Rodrigo Janot, escreveu em pedido de diligência encaminhado ao STF que as informações prestadas pelo ex-diretor de informática da Câmara dos Deputados “reforçam as suspeitas” de que os arquivos foram de autoria do deputado Eduardo Cunha.

CONFLITO

Criação de dois colegiados cria disputa entre Marun e Cristiane

Está causando conflito a criação de dois colegiados na Câmara dos Deputados para rediscutir as regras da atual Lei de Licitações brasileira. Há uma comissão presidida por Carlos Marun (PMDB-MS), que em abril decidiu convocar empreiteiros como Ricardo Pessoa e Julio Camargo para ajudar

na reforma. E existe outra subcomissão para tratar do mesmo tema na CCJ, liderada por Cristiane Brasil (PTB-RJ). Marun ficou sabendo esta semana que havia um servidor trabalhando nos dois colegiados. E, irritado, dispensou-o imediatamente da sua comissão. (Do Radar Online).

POSIÇÃO

PDT tem autonomia no Congresso, afirma Dias

A bancada do PDT tomou a posição que acha “a mais correta” na votação da Medida Provisória 665, que altera as regras de concessões de seguro-desemprego e abono salarial, e tem “autonomia para isso”, disse o ministro do Trabalho, Manoel Dias.